

**FREI TITO.
MARCAS DA VIOLÊNCIA, MORTE E
“JUSTA MEMÓRIA”**

Frei tito. Brands of violence, death and
“fair memory”

*Ana Catarina Zema de Resende¹
Wallison dos Santos Machado²*

Resumo

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), jovens religiosos trocaram o seu ofício de reclusão e oração para lutar em defesa da liberdade e da democracia. Esses jovens que lutaram por um país melhor e uma sociedade mais justa e humana, foram perseguidos, torturados e difamados por conta de suas escolhas políticas. Frei Tito tomou para si a missão de denunciar ao mundo o que ocorria no país e contar a sua história de resistência. A história da vida e da morte de Frei Tito de Alencar permite uma aproximação com a proposta teórica de Paul Ricoeur para se pensar o “dever de memória”. Antes de seu suicídio, Frei Tito deixou vários indícios que sugeriam o significado que seu gesto final deveria assumir. Sua morte, muitas vezes mal interpretada e durante muito tempo silenciada pela historiografia, guarda um sentido maior que merece ser recuperado aqui à luz da noção de “justa memória”.

Palavras-chave: Frei Tito. Memória. Ditadura Militar.

Abstract:

During the military dictatorship (1964-1985), young clergymen exchanged their seclusion and prayer services to fight for freedom and democracy. These young people who fought for a better country and a more just and humane society were persecuted, tortured and defamed because of their political choices. Friar Tito took on the mission of denouncing what was happening in the country to the world and telling his story of resistance. The history of the life and tragic death of Friar Tito allows for a parallel with the theoretical proposal of Paul Ricoeur to think the "duty of memory". Before his suicide, Friar Tito left several evidences that suggested the meaning of his final gesture. His death, often misinterpreted and long silenced by historiography, holds a greater meaning that deserves to be recovered here in the light of the notion of "just memory".

Keywords: Friar Tito. Memory. Military dictatorship.

Résumé

Pendant la dictature militaire au Brésil, des jeunes religieux ont échangé leur office de réclusion et de prière pour lutter pour la défense de la liberté et la démocratie. Ces jeunes qui rêvaient d'un pays meilleur et d'une société plus juste et plus humaine, se sont battus, ont été persécutés,

¹ Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS/UnB. Membro pesquisadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas – LEIJUS do Departamento de Estudos Latino-americanos da Universidade de Brasília. Professora Colaboradora do Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da Universidade de Brasília – MALOCA/UnB. Email: ana.zema@gmail.com.

² Graduado em História pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub.
Email: wallimachado@gmail.com.

torturés et diffamés en raison de leurs choix personnels et politiques. Frei Tito a pris sur lui la mission de dénoncer ce qui se passait dans le pays et raconter leur histoire de résistance. L'histoire de la vie et de la mort de Frei Tito de Alencar permet une approximation avec la proposition théorique de Paul Ricoeur pour penser le "devoir de la mémoire". Avant sa mort, Frère Tito a laissé plusieurs indices qui ont suggéré le sens que son dernier geste devrait prendre. Son suicide, souvent mal interprété et mis en sourdine depuis longtemps par l'historiographie, a une signification plus importante qui mérite d'être retrouvée ici à la lumière de la notion de "juste mémoire".

Mots-clé : Frère Tito de Alencar ; Mémoire ; Dictature Militaire

1 INTRODUÇÃO

Freqüentemente julgamos o passado como irreversivelmente acabado. É uma espécie de ilusão de ótica, pois o passado vive ainda no presente e nós somos devedores dos nossos antecessores de tudo o que eles nos legaram. De fato, a impossibilidade de garantir um processo exato de reviver a memória mostra que o passado continua de alguma forma vivo no presente. Com maior ou menor influência, o passado pode se tornar uma fonte de conflitos ou se transformar em um fantasma que incomoda tanto a ponto de ser evitado por parte da sociedade que decidirá pela manutenção do silêncio e pela ocultação de alguns fatos, provocando, muitas vezes, um esquecimento, já que este passado poderia revelar algo que não estaria de acordo com seus interesses no presente. Uma forma de reconhecer a existência da memória por tempo silenciada e trazê-la ao presente são as construções de monumentos públicos, museus, locais de tributos às vítimas, bem como a recuperação da biografia de personagens cuja história de vida foi deturpada.

A história de militância de Frei Tito de Alencar Lima é considerada uma das mais trágicas e representativas da resistência à ditadura militar no Brasil. Frei Tito de Alencar é hoje um símbolo que representa todos aqueles que tiveram seus corpos e espíritos dilacerados pelos efeitos desumanizadores da tortura. Carregando dentro de si as marcas da violência sofrida, Tito escolheu a morte, decidiu que seria "melhor morrer do que perder a vida" (FREI BETTO, 1994, p. 257). Ele havia sido atingido no mais profundo de seu interior e as torturas infligidas, físicas e psicológicas, teriam, segundo alguns, afetado suas faculdades mentais. No entanto, antes de morrer, Frei Tito deixou vários indícios que sugeriam o significado que seu gesto final deveria assumir. Seu suicídio, muitas vezes mal interpretado e durante muito tempo silenciado pela historiografia, guarda um sentido maior que merece ser recuperado aqui à luz da noção de "justa memória". Nesse sentido, pretendemos examinar a história de sua vida e morte

à luz da proposta teórica de Paul Ricoeur para se pensar o “dever de memória” e o sentido da memória na sua relação com a história e a justiça.

Mesmo no exílio, as sequelas da tortura não abandonaram Frei Tito. Sua expatriação não o libertou de seus torturadores. No exílio, Frei Tito, a seu modo, testemunhou a opressão do regime militar no Brasil, dramatizando com seu gesto final toda violência e injustiça vivenciada. Na inscrição de seu túmulo no cemitério do convento de *Sainte Marie de la Tourette*, uma citação bíblica do texto de Lucas, do capítulo 19, que retrata a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém antes de seu sacrifício. Nesta passagem, os fariseus pedem a Jesus que ordene seus discípulos a se calarem e Jesus responde que, mesmo se forem calados os discípulos, “as pedras clamarão” (Lucas 19:40). Jesus estaria assim apontando para a importância de sua conduta e de seu sacrifício na cruz que representava, além da salvação e redenção das almas perdidas, o triunfo da humildade sobre o orgulho e da pureza sobre a raiva e a malícia. Jesus queria dizer que mesmo que a multidão ficasse em silêncio, o significado daquilo que estava acontecendo jamais seria esquecido tão grande era sua importância, a ponto de justificar a permanência de sua história e de suas palavras em uma memória eterna, porque uma das simbologias da pedra é, exatamente, a eternidade. A inscrição deste versículo no epitáfio de Frei Tito revela a importância que seu gesto final deveria adquirir na memória de todas as gerações vindouras.

2 MEMÓRIA, HISTÓRIA E JUSTIÇA EM PAUL RICOEUR

Nas suas reflexões sobre a relação entre memória, história e justiça, Paul Ricoeur coloca a problemática da representação do passado, a fim de elaborar uma “política da justa memória”. Para isso, ele procura mostrar que a fenomenologia da memória gira em torno de duas questões essenciais: o que deve ser lembrado e de quem é a memória? (2007, p. 23). Por meio desta fenomenologia da memória, Ricoeur retoma um tema que lhe é caro desde 1955 (*Tempo e Narrativa*), a questão da verdade na história e percebe que, muitas vezes, podem haver conflitos entre a memória dos sobreviventes e a história escrita posta como “verdade”. Para ele, a representação histórica que transforma o testemunho de vida ou o arquivo em história escrita não faz jus à dimensão humana da lembrança. Ricoeur sugere então o “dever de memória” como imperativo para se “fazer justiça por meio da lembrança de outrem” a fim de tirar lições das experiências passadas e render homenagem àqueles que não estão mais aqui entre nós (2007 p. 101).

Para Ricoeur, os mortos não falam mais, mas em suas histórias de vida encontramos suas ações e seus pensamentos, o que eles têm ainda para nos dizer. Os mortos não podem ser ressuscitados, mas agem indiretamente, por nosso intermédio, sobre a história que se faz agora. De acordo com este autor, ao nascermos, trazemos ao mundo tudo o que nos precede. Tenhamos consciência ou não, somos depositários de

uma herança de pensamentos, de vontade de ação, de emoções que nos ligam aos homens e mulheres do passado. Por isso, temos para com eles uma dívida. Dentre esses mortos com quem estamos endividados, “uma prioridade moral cabe às vítimas” (2007, p. 102). Ricoeur insiste, ao longo de sua obra, sobre esta interpenetração do passado no presente e explica que é preciso reabrir o passado de modo a reavivar nele as potencialidades inacabadas, impedidas ou massacradas.

Longe de ser um simples fardo para as sociedades do presente, a dívida pode tornar-se uma fonte preciosa de sentido, sob a condição de reabrir toda a pluralidade das memórias do passado. Não se restringir a uma lembrança fixa, mas informar sempre de novo essa lembrança a fim de alcançar uma verdade mais matizada dos fatos. Neste processo, o trabalho do historiador é indispensável. São os traços, os vestígios que o historiador recolheu, inventariou, interpretou no seu contexto que nos permitem uma projeção no passado. O historiador, como se fosse prisioneiro em uma cadeia que remete ao tempo presente, se encontra então seguindo “pistas” que lhe são fornecidas em documentos, cartas, entrevistas (BONS, 2011, p. 160-162).

A pessoa que vive no presente pode retomar, a seu modo, a promessa, o projeto, a direção de pensamento daqueles cuja memória ela traz. As pessoas que nasceram antes de nós enriquecem nosso ser no mundo, nosso horizonte de vida. Nós, pessoas que vivemos no presente, somos devedores de tudo que as gerações passadas nos deixaram e liquidamos essa dívida incluindo na nossa vida a memória dos que nos precederam. Assim que o trabalho de memória não é apenas um dever para com as gerações anteriores, mas também para com as gerações futuras, na medida em que, graças à memória bem utilizada, podemos curar os traumatismos trazidos pela história e impedir que eles funcionem como pulsão repetidora.

As sociedades, como as pessoas, conhecem traumatismos profundos. De fato, aquilo que chamamos de “acontecimentos fundadores” são, na sua maioria, atos de violência. Esses atos de violência constituem nossa memória coletiva. Nós pertencemos a um grupo que possui uma identidade própria e em nossa memória coletiva repousa o sentido da continuidade. Assim, a memória coletiva carrega o traço e a dívida daqueles que viveram antes de nós e, por isso, o “trabalho de memória” é uma atividade que nós devemos às gerações que nos precederam (RICOEUR, 2007, p. 104).

É nesse sentido que a escrita da história da vida e da morte de Frei Tito de Alencar assume um caráter de “justa memória” ligada ao presente específico do historiador. A memória da vida e da mensagem que a morte de Frei Tito nos legou cria

não apenas “um elo de testemunho” como “um vínculo que não deve nos manter presos melancolicamente a eles (os mortos)” (BONS, 2011, p. 164), mas que, seguindo a proposta de Ricoeur num duplo comprometimento ético e político, deve possibilitar viver hoje de maneira mais “justa” o nosso presente.

3 FREI TITO, MARCAS DA VIOLÊNCIA E MORTE

Durante o período da ditadura, jovens religiosos trocaram o seu ofício de reclusão e oração dentro do convento para lutar em defesa da liberdade e da democracia. Esses jovens que sonhavam com um país melhor e uma sociedade mais justa e humana, encontraram vários companheiros com os mesmos propósitos, lutaram, foram perseguidos, torturados, difamados por conta de suas escolhas políticas pessoais. Um deles tomou para si a missão de denunciar ao mundo o que ocorria no país e contar a sua história de resistência. Ele nasceu em Fortaleza, no dia 14 de setembro do ano de 1945, seu nome: Tito de Alencar Lima.

Tito foi o último filho do casal Laura e Idelfonso. Foi criado no seio de uma família católica e progressista e seus pais sempre demonstraram preocupação com os problemas sociais. Mesmo tendo concluído apenas o curso primário, Tito “estava sempre absorto na leitura de livros e jornais e demonstrava grande interesse pela política. Não era filiado a nenhum partido ou organização de esquerda, mas suas ideias de justiça e liberdade eram nitidamente igualitárias” (ACIOLI, 2001, p.13).

Tito simpatizava com os ideais humanitários e, pela sua forma de vida, mostrou ser uma pessoa que sabia sempre o que queria. Muitas vezes se portava como “brincalhão”, gostava de contar piadas, era uma pessoa sempre bem-humorada e que se importava com as situações de miséria com as quais se deparava em sua comunidade. De acordo com Acioli, “seus únicos momentos de tristeza junto aos amigos da Juventude Estudantil Católica (JEC) eram provocados pela situação de miséria das comunidades que o grupo visitava” (2001, p. 25-26). Seu espírito de liderança e seu desempenho nas atividades que exercia aproximaram Tito da JEC, que era um braço da Ação Católica³ cujo objetivo era reintroduzir valores cristãos na sociedade brasileira (DELGADO; PASSOS, 2003, p. 101).

³ Em 1935 ocorre a institucionalização oficial da Ação Católica, precedida de uma longa fase de preparação, em diversas dioceses do Brasil. Foi uma grande escola de apostolado e militância cristã, com rigorosa e eficaz formação de seus quadros [...]. Paulatinamente, as diversas formas de atuação foram se desenvolvendo – Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC) para os

No vaivém das reuniões para os estudos, surgia o anseio de construir um mundo mais justo através da igreja que, naquela época, vinha sendo criticada por conta de suas velhas posturas. Tito se empolgou e se engajou cada vez mais com as causas da JEC. Ele gastava boa parte de seu tempo em seu trabalho, buscando uma nova forma de viver o evangelho. De acordo com Acioli,

Além dos estudos nos finais de semana, o grupo se reunia todos os dias, às cinco da tarde, para assistir à missa na igreja do Rosário, na Praça dos Leões; participavam de congressos; trabalhavam nos bairros; e colaboravam com as agremiações estudantis em toda a cidade. Quando estavam reunidos, costumavam fazer orações coletivas, onde todos conversavam com Deus abertamente, como se Ele estivesse sentado na mesma roda de amigos. O estudo, o trabalho e a vivência mística faziam parte da rotina dos meninos da JEC (ACIOLI, 2001, p. 25).

Pelo seu desempenho e carisma de líder, em 1963 mudou-se de Fortaleza para Recife, quando se tornou um dos líderes regionais da JEC. Nessa época, “Tito passou a morar na Casa dos Permanentes, na Rua do Leite, em Recife, onde viviam os representantes de outros estados” (ACIOLI, 2001, p. 26-27). Com o passar tempo, foi percebendo que a direção de sua vida apontava para um compromisso mais radical. Seduzido pela íntima relação entre a fé e política, fez uma opção previsível. Próximo de terminar o 2º grau, Tito envia uma carta a sua irmã Nildes, solicitando que preparasse o espírito da família, pois em breve estaria tomando uma decisão que mudaria os rumos de sua vida.

No ano de 1966, em um encontro nacional da JEC recebe o convite de Frei Betto e resolve ingressar na Ordem dos Dominicanos, pelo fato de também se identificar com o trabalho realizado pelos religiosos. Foi “para Belo Horizonte e entrou no noviciado, no Convento da Serra. Em 10 de fevereiro, assumiu seus votos de obediência, pobreza e castidade. A partir desse dia, passou a ser chamado de Frei Tito” (ACIOLI, 2001, p. 28).

No ano seguinte faz sua profissão de fé, na ordem dos pregadores e, logo em seguida, “transferido para o Convento de Perdizes, em 1967, Frei Tito começou a se envolver com o movimento político de São Paulo” (LOPES; KUNZ, 2005, p. 12).

Assim como em outros lugares do país, no estado de São Paulo o movimento estudantil era o setor da sociedade civil que melhor expressava a insatisfação frente ao regime implantado pelo golpe militar. Na faculdade, Tito participava ativamente das reuniões e das manifestações contra o modelo de governo, colocando-se a serviço de

estudantes secundaristas, Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

seus companheiros. Com essa participação ativa, o grupo de frades do qual fazia parte se tornou um ponto de apoio para as organizações clandestinas que lutavam contra a ditadura.

Junto com outros frades dominicanos, como Osvaldo Resende, Luiz Felipe Raton Mascarenhas, Ivo Lesbaupin, Magno Vilela e Frei Betto, também alunos da USP, envolveu-se no movimento estudantil, participando de passeatas, reuniões e colaborando com apoio logístico aos grupos [...]. A mobilização dos estudantes ganhou impulso com a resistência às demissões arbitrárias de professores e às restrições impostas à autonomia universitária pelos militares. Uma das medidas mais severas foi a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) (ACIOLI, 2001, p. 30 - 32).

Com a UNE colocada na clandestinidade e com a declaração da ilegalidade da instituição, todos os seus eventos passaram a ser considerados ilegais. Foi solicitada a ajuda de Frei Tito para encontrar um local para a realização do 30º Congresso Nacional dos Estudantes cujo objetivo era escolher o novo presidente. Por meio de seus contatos, ele conseguiu um sítio na cidade de Ibiúna no estado de São Paulo onde aconteceria o Congresso, entre os dias oito a doze de outubro do ano de 1968. O Congresso, mesmo sendo proibido, foi amplamente divulgado:

Frei Tito, juntamente com Euriale Zerbini e Terezinha Zerbini, conseguiram um local para o encontro: o sítio Murundu, em Ibiúna, um pacato município a 65 quilômetros da metrópole, entre São Paulo e Sorocaba. O sítio pertencia a Domingos Gusmão, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e amigo de Frei Tito. Os organizadores do congresso pensaram em várias estratégias para que os estudantes pudessem se deslocar do centro de São Paulo até Ibiúna. Uma delas foi escolher pontos do centro da cidade onde os participantes deveriam estar segurando a última edição da revista *Veja*. Era a senha para que fossem identificados e levados a Ibiúna em pequenos grupos. Deu certo. Em 9 de outubro de 1968, 170 mulheres e 536 homens acamparam em Ibiúna com o objetivo de discutir estratégias para o movimento estudantil (ACIOLI, 2001, p. 32 - 33).

Durante os preparativos para o Congresso dos Estudantes no sítio, ocorreu uma operação policial que resultou na prisão de setecentas e seis pessoas, entre elas, Frei Tito. Todos os presos foram levados para o presídio de Tiradentes. De acordo com Acioli, naquele dia, os estudantes estavam ansiosos esperando a Sessão Plenária do sábado de manhã que não chegou a acontecer. Na madrugada daquele sábado, cerca de cento e oitenta soldados da Força Pública e mais oitenta investigadores, além de cento e vinte soldados da Polícia Militar invadiram o sítio. Comandava a operação o delegado Paulo Bonchristiano do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Coronel Divo Barsotti. Os soldados chegaram atirando para todos os lados e os participantes do encontro entregaram-se sem reagir. Os estudantes foram então colocados em fila indiana

e tiveram que caminhar por mais de oito quilômetros na lama até chegar no local onde estavam os ônibus que os levariam para São Paulo (ACIOLI, 2001, p. 34). Eles foram fichados e registrados, mas liberados em seguida. Mais tarde, quando é decretado o AI-5, todas as pessoas fichadas por conta do Congresso de Ibiúna já tinham seus dossiês completos. As fichas foram usadas para futuras operações de prisões e torturas. Com Frei Tito não seria diferente, “[...] as fichas do processo, batizado de Operação Ibiúna, foram usadas pela repressão como referência para futuras prisões e torturas. A partir desse episódio, Frei Tito passou a ser observado pelos agentes do Dops. É o início de seu martírio” (ACIOLI, 2001, p. 37).

Na noite de 3 para 4 de novembro de 1969, teve início a Operação Batina Branca. Frei Tito foi preso no convento em São Paulo, levado para o DOPS. Como relata Acioli:

Na madrugada de 3 para 4 de novembro de 1969, a equipe de Fleury invadiu o convento dos dominicanos da rua Caiubi, no bairro de Perdizes, São Paulo. Era o início da Operação Batina Branca. Às três da manhã, Frei Giorgio Callegari e Frei Tito foram levados para o Dops, juntamente com Frei Domingos, Frei Sérgio e Frei Edson, que foram liberados em seguida. A ficha do congresso de Ibiúna deixou o nome de Tito registrado na memória do Dops. Na mesma noite, Frei Tito e Frei Giorgio foram torturados por Fleury, com choques elétricos e palmatórias. O clima de gozação à Igreja era generalizado. Nas salas dos delegados, à porta, estava escrito a palavra FREI antes de seus nomes (ACIOLI, 2001, p. 41).

Com a eficiência dos mecanismos de repressão e controle da ordem imposta implantados no país a partir do AI-5, Frei Tito ficaria à disposição do regime, aos cuidados do delegado Fleury e sua equipe. A partir de então, o religioso passou a sofrer constantemente torturas e difamações, por conta de sua militância política:

Frei Tito ficou mais de um mês à disposição de Fleury. Ele obrigava o frade a ficar de joelhos, beijar-lhe as mãos e chamá-lo de papa. Acusava-o de traidor do Brasil e da Igreja. Obrigava-o a confessar envolvimento com assaltos a banco e outras atividades que Frei Tito desconhecia. Mandava que abrisse a boca para receber a hóstia e enfiava um fio elétrico na língua do frade. Por um mês, Frei Tito foi interrogado quase que diariamente pela fúria do delegado Fleury. Desde então, a voz de seu torturador não lhe saiu mais da mente (ACIOLI, 2001, p. 41).

Após as sessões de tortura, no início dos anos de 1970, Tito dava indícios de que estava se recuperando, apesar das sequelas. Buscou preencher o tempo com as atividades propostas na cela, onde “os companheiros” tentavam ocupar-se em atividades que preenchessem o tempo e ajudassem a suportar a situação. “Cantavam, faziam

orações e, cada manhã, um dos presos proferia uma palestra sobre um tema que conhecesse bem. Frei Tito era uma presença alegre na cela” (ACIOLI, 2001, p. 44).

Frei Tito foi submetido a torturas físicas e psicológicas diariamente. Experimentando viver valores do cristianismo com pessoas de outros credos e também com pessoas sem crença alguma, deixou registrada sua escolha em uma carta escrita a um confrade:

Muitas vezes somos arrastados para onde não queremos ir. Temo que isso venha a acontecer com o conjunto da Igreja do Brasil. Se vier, e se for como consequência de uma fidelidade e de uma responsabilidade mais profunda ao Evangelho, que seja bem-vinda esta hora. Na cadeia, tenho descoberto o Evangelho de São Mateus. O troço tem que ser ou pão ou pedra. Noutras palavras, acho que ele nos convida a sermos simplesmente homens. É impressionante como tantos não-cristãos aqui vivem isso até as últimas consequências. Outro dia dizia-me um jovem: “Não falei nada porque fiz uma opção e, diante dela, morrer ou não é secundário (BETTO,1986, p. 227).

Em dezessete de fevereiro de 1970, Frei Tito é levado do presídio Tiradentes para a Operação Bandeirantes (OBAN), para uma acareação com outras pessoas envolvidas no congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. Após todo tormento passado na OBAN, Tito, na celebração da missa, conta todo o sofrimento que passara. Frei Betto anota todo o seu relato que se tornaria a denúncia mais famosa contra a tortura no Brasil. Publicado, “foi divulgado pela primeira vez no jornal *Publik* da Alemanha e, posteriormente, mereceu prêmio especial de reportagem da revista norte-americana *Look* em 1970” (BETTO,1986, p. 239). Correu o mundo em diversos idiomas.

Frei Tito foi levado do Presídio Tiradentes para OBAN da Polícia do Exército, algemado e, logo após, colocado no porta-malas da “perua”, sob ameaça de morte com revólveres apontados para ele. Nesse mesmo ano, ocorreu sua prisão preventiva. A ida à OBAN ocorreu sob “garantias de integridade física” concedida pelo juiz Dr. Nelson Guimarães.

Houve acareações acerca do Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Durante o interrogatório, Frei Tito foi pressionado a “confessar” fatos ocorridos naquela época. Como se recusou, foi para o “pau-de-arara”, dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, submetido a choques elétricos e outras torturas, por uma equipe de militares. Depois dos castigos, Frei Tito foi levado para uma cela pequena e suja. Lá dormiu sem se alimentar, atormentado pelas dores das torturas sobre cimento frio e sujo.

As pressões a fim de que Frei Tito se declarasse autor de vários episódios, muitos dos quais ele nem sabia da existência, continuaram mais uma vez por meio de

ameaças, agressões físicas e privações de alimentos, roupas e respeito à dignidade humana – “Vai ter que falar senão só sai morto daqui”, frase que antecedeu a tortura, com choques elétricos, desta vez na “cadeira do dragão”, feita com chapas metálicas ligadas a fios direto na tomada. A sessão provocou desmaio, lesões e sangue derramado. Usou-se também palmatória para aumentar o sofrimento que, à exaustão, provocou raciocínio desordenado e perda dos sentidos. O capitão Albernaz, torturador da vez, declarou ódio a padres e gosto em matar. Citou nomes de presos políticos mortos no regime militar com o objetivo de arrancar culpa e, como prêmio, a falsa confissão de Frei Tito, além de conseguir que o Frei revelasse onde estava o Frei Ratton. Houve provocação religiosa que consistiu na acusação de que padres tinham amantes ou eram homossexuais e também “terroristas” e a Igreja Católica era corrupta, praticava agiotagem e o Vaticano dono das maiores empresas do mundo. Seguiram-se mais torturas. Frei Tito manteve-se fiel aos companheiros da Igreja que também lutavam contra a ditadura (BETTO, 1986).

Fragilizado, em meio a tantos castigos, sofrimentos e perseguições, Frei Tito tenta pela primeira vez o suicídio, com uma lata, na cela repleta de lixo. Buscou morrer para que outros tivessem vida, ou seja, para não entregar seus companheiros aos generais militares. Um preso tentou acalmá-lo e dissuadi-lo de tal ideia.

Percebeu a real intenção dos torturadores, que era prender seus companheiros, os quais compartilhavam das mesmas ideias e faziam articulação com o objetivo de proteger pessoas perseguidas. Os militares queriam levar todos os dominicanos para a tortura pelo fato de estes serem base de apoio às organizações de esquerda que estavam lutando contra a ditadura.

Frei Tito tenta novamente o suicídio, buscando morrer para que outros tivessem vida e não passassem pelo que ele acabara de passar, desta vez, sem impedimento.

Ao meio-dia tiraram-me para fazer a barba. Disseram-me que eu iria para penitenciária. Raspei mal a barba, voltei à cela. Passou um soldado. Pedi que me emprestasse a “gillete” para terminar a barba. O português dormia. Tomei a gillete. Enfiei-a com força na dobra interna do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Aproximei-me da privada, apertei o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde recobri os sentidos em um leito do pronto-socorro do Hospital das Clínicas. No mesmo dia transferiram-me para um leito do Hospital Militar. O Exército temia a repercussão, não avisaram a ninguém o que ocorrera comigo. No corredor do Hospital Militar, o capitão Maurício dizia desesperado aos médicos: “doutor, ele não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo, senão estamos perdidos”. No meu quarto, a OBAN deixou seis soldados de guarda. (FREI TITO apud ACIOLI, 2001, p. 51 a 53).

Recuperando-se no Hospital Militar do Cambuci, recomeça a sua tortura psicológica, como relata Frei Tito em seu depoimento:

– No sábado, teve início a tortura psicológica. “A situação agora vai piorar para você que é um padre suicida e terrorista”, diziam eles. “A Igreja vai expulsá-lo”. Não deixavam que repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhas histórias. Percebi logo que, a fim de fugirem à responsabilidade de meu ato e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse (apud BETTO, 1986, p. 236).

Com isso a imagem do país no exterior ficou péssima, conhecido como um país que torturava. O que aconteceu com Frei Tito não era exceção e sim uma regra imposta a todos que resolvessem se declarar contra a forma de governo imposto, como descreve o dominicano em partes de seu relato sobre a tortura sofrida que eram “[...] raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de tortura. [...]”. Ele relata ainda algumas consequências das torturas: “[...] outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos [...]. Num momento como esse, silêncio é omissão. Se falar é um risco, é muito mais um testemunho [...]. Faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas” (apud ACIOLI, 2001, p. 54 - 55).

As descrições das torturas sofridas por Frei Tito são marcantes. Ele preferiu perder o pouco que possuía para que outros companheiros não passassem pelo que estava acontecendo com ele. Fez com que o seu ato heroico se transformasse de algo anônimo para uma denúncia muito concreta, buscando com seu depoimento acrescentar sua experiência a favor da luta contra o regime ditatorial implantado no país.

A Vanguarda Popular Revolucionária agiu mais uma vez. Sequestraram o embaixador suíço Enrico Bucher e resolveram apresentar uma lista e pedir a libertação de setenta presos políticos brasileiros e, “[...]dessa lista, alguns foram recusados pelo governo brasileiro, outros se negaram a viajar, mas o nome de Frei Tito permaneceu desde o começo [...]” (ACIOLI, 2001, p. 57-58). Porém, seu desejo que era de permanecer no país, contrariava o sentimento de todos na cela, como relata Betto:

Na lista dos setenta prisioneiros políticos que deveriam ser soltos em troca da vida do diplomata, figurava o nome de Frei Tito. Celebramos eufóricos a possibilidade de vê-lo em liberdade, “graças ao grande advogado doutor embaixador, o único que promovia solturas coletivas, independente do peso das condenações”, dizia Daniel José de Carvalho. Tito porém, reagiu de modo diferente. Não queria deixar o Brasil. Lamentava constar na lista, sobretudo por não poder recusar a oferta, sob pena de fazer o jogo da repressão, interessada em desmoralizar os sequestradores. Nos vários sequestros de diplomatas – americano, japonês, alemão e suíço –, alguns presos preferiram

permanecer no cárcere, tendo seus nomes e fotos estampados na imprensa como se fossem aliados do Governo. Tito preferia ser banido – punição automática a todos que saíam mediante sequestro – do que ver-se utilizado pelo regime militar (BETTO, 1986, p. 242).

Deveriam ser libertos com garantias de vida e embarcar em um avião para o exílio em outro país. Muita gente teve conhecimento de seu sofrimento através de sua denúncia. Considerado o preso político mais famoso do país, seu nome é confirmado na lista de prisioneiros na troca pelo embaixador.

No dia 13 de janeiro do ano de 1971 começa a sua peregrinação. Em busca de um novo lugar que o acolha, Frei Tito é libertado com mais sessenta e nove presos em permuta com o embaixador e parte para o exílio no Chile. Junto com os outros exilados dispostos a reconstruir sonhos, chega Frei Tito ao Chile, mas não era o lugar onde queria realmente estar:

Às 24h de 13 de janeiro de 1971, os 70 presos escoltados por três agentes da Polícia Federal decolaram do Galeão num Boeing da Varig, chegando às 4h15min no aeroporto de Pudahol, em Santiago, Chile. No desembarque, foram fotografados ao lado do avião, com os braços erguidos e os punhos cerrados, saudando, vitoriosos, a multidão (entre eles o ministro do interior José Toha, representando o presidente Salvador Allende), que os aguardava nas varandas do aeroporto. Os exilados brasileiros e manifestantes chilenos seguravam faixas, cantam os hinos nacionais do Brasil e Chile e da Internacional Comunista. Ao ver essa cena, Cristovão Ribeiro comentou com Tito:

- Tito, eis finalmente a liberdade!

Tito respondeu:

- Não, não é esta a liberdade.

Frei Tito não queria estar no Chile, queria poder estar no seu país, com seu povo. Queria continuar lutando pelos que ainda se encontrava nos presídios, sendo mortos e torturados, uma dor que Frei Tito conheceu bem. Mas, no momento, estar no Chile era a única saída (ACIOLI, 2001, p. 57-58).

Pouco tempo depois, decide ir para Roma. Frustra-se ao buscar o apoio no Colégio Pio Brasileiro que forma a elite do clero brasileiro na capital italiana. Provavelmente, por conta de sua imagem de “terrorista” que assustava os padres, Tito não consegue o apoio esperado em Roma, parte então para Paris onde é acolhido no Convento dos Dominicanos de Saint Jacques. Reencontra-se com seus amigos dominicanos exilados. Busca levar uma vida normal. Porém, as marcas deixadas pela tortura e a promessa do capitão Albernaz que ele estaria quebrado por dentro pesavam sobre ele (ACIOLI, 2001, p 61). Como relata Frei Betto,

Na capital francesa encontravam-se exilados nossos colegas dominicanos: Osvaldo, Magno e Ratton. Até junho de 1973, Frei Tito desfruta da companhia deles no convento de Saint Jacques [...]. Prossegue seus estudos de Teologia. Durante os primeiros seis meses, sente-se bem, relacionando-se sem dificuldades com as pessoas. Aos poucos, entretanto, ressurgem os sinais das torturas que sofrera, estigmas psíquicos de uma subjetividade conflitada, a introjeção depressiva alternando-se aos momentos de euforia. Sua personalidade avariada exigia tratamento psiquiátrico. Apesar da dedicação dos médicos, os fantasmas não se apagam: a mente atordoada de Frei Tito projeta sobre Paris a imagem onipresente da repressão brasileira, o rosto diabólico do delegado Fleury aparece-lhe em cada café dos Champs Elysées, os olhos injetados de ódio dos militares da OBAN tentam, agora esconder-se entre as folhas do Jardin des Tuilleries, dentro de cada vagão do metrô um homem do DOPS, todo cuidado é pouco e a desconfiança obsessiva recomenda a Tito marcar pontos para poder encontrar seus amigos brasileiros condenados ao exílio. Não seria o Arco do Triunfo um monumento ao pau-de-arara? A terapia parisiense não conseguia colar os pedaços de sua interioridade quebrada, como prenunciara o capitão Albernaz [...] (1986, p. 244 - 245).

Começando a sofrer com as constantes alucinações, Frei Tito inicia um tratamento psiquiátrico. Com o consentimento de seus superiores, “mudou-se, em junho de 1973, para o Convento Sainte Marie de la Tourette, nos arredores de Lyon” (ACIOLI, 2001, p. 65). Seus superiores perceberam que a situação era mais grave do que pensaram e que, por ser um convento grande, com muitos frades e com tantas ocupações, isso não favoreceria o seu tratamento.

As marcas das torturas eram profundas demais. Eles tinham destruído Frei Tito por dentro. Ao receber notícias do golpe militar no Chile, seu estado mental piora. É internado no hospital psiquiátrico e mais uma vez mostra as consequências devastadoras da tortura sofrida. Como relata Frei Betto,

Em meados de setembro, um acontecimento político muito distante repercute na cabeça, na alma e nos sentimentos inconscientes de Frei Tito, fragmentando suas frágeis esperanças, mutilando suas ideias, apagando seus horizontes: a queda de Salvador Allende, no Chile. Enquanto o general Pinochet entra para a galeria dos ditadores latino-americanos, Tito abandona suas atividades normais e torna-se ausente, impenetrável, sufocado por seus fantasmas interiores. O silêncio de sua quietude mística, povoada pela presença inefável do Pai, rompe-se por efeito de um pavoroso delírio: ele ouve continuamente a voz rouca e autoritária do delegado Fleury, hóspede intruso do cérebro, do medo e dos porões da consciência de Frei Tito. Quer que ele confesse e diga todas as coisas que sabe e invente o que puder e dê vivas aos generais brasileiros e delate todos os seus amigos e acuse os dominicanos, a Igreja, o Papa, e assine depoimentos falsos. Tito resiste, não fala, suporta estoicamente todos os sofrimentos experimentados na OBAN, agora introjetado em seu espírito. Fleury ameaça torturar cada um dos membros de sua família: o velho pai, a mãe, as irmãs, os irmãos. Tito prefere morrer do que ceder. Ainda que sua família padeça, há nele uma força descomunal que o impede de trair seus ideais. O chefe do Esquadrão da Morte cumpre a promessa: em seu estreito quarto no convento de L'Arbresle [...]. Todavia, a dor, o pânico, a subjetividade como palco de intenso conflito entre o absoluto e o absurdo não quebram a sua fidelidade. Ele tudo suporta como quem mastiga o fruto amargo coberto de espinhos (BETTO, 1986, p. 245 - 246).

Em seu exílio, sentia-se acuado. Imagina viver as torturas uma outra vez. Na luta para negar a memória do absurdo e inverter as sequelas das torturas, Frei Tito insistiu no tratamento psiquiátrico. Melhorava e piorava. Na agonia, vivia uma alternância entre prisão e liberdade frente ao passado. Ficava evidente o que haviam prometido: estava quebrado por dentro. Com isso,

No decorrer do primeiro semestre de 1974, os dominicanos de L'Arbresle esforçam-se para que Tito reassuma seu lugar na comunidade, participe das atividades normais, sinta-se integrado. Não obstante, ele deseja ser tratado como o menor de todos e pede que lhe dêem as mais difíceis e ingratas tarefas. No que faz, procura um meio de se autopunir, pois a voz de Fleury ecoa em sua cabeça convencendo-o de que é culpado, merece ser rejeitado, não serve senão para humilhar-se perante os outros. A angústia o consome (BETTO, 1986, p. 249 e 250).

A cada frustração, Frei Tito fica abatido, desligado da realidade, fechado em seu próprio círculo oculto. Já não acredita em mais nada, tudo consequência do que passara quando preso no Brasil, como lembra Frei Betto:

- Já não creio em nada, nem Cristo, nem Marx, nem Freud.

As três grandes vertentes da cultura contemporânea atravessam, como línguas de afiadas espadas, o coração atormentado de Frei Tito. Jesus foi sempre a razão fundamental de sua vida e sua luta; mergulhado no caos interior, ele prova o sabor amargo do cálice e, como o jovem carpinteiro de Nazaré, sente-se abandonado pelo Pai. Marx o introduziria na racionalidade política, na sucessão produtiva do processo histórico, fornecendo-lhe bases teóricas à sua esperança social. Agora, porém, Marx nada tinha a dizer à sua subjetividade atribulada, alienada, a existência cruelmente amputada de sua essência. Freud é insuficiente para dissecar seu inconsciente torturado, introjetado de generais brasileiros, de oficiais da OBAN, de policiais do DOPS, da onipresença do delegado Fleury. Todos os recursos da ciência freudiana dissolvem-se em meio a seu desespero interior (BETTO, 1986, p. 252)

No dia 10 de agosto do mesmo ano, o corpo de frei Tito é encontrado enforcado na copa de uma árvore. Aos vinte e oito anos está morto, é enterrado no cemitério do Convento de Sainte Marie de la Tourette, em uma simples cova a sua cruz receberia esta inscrição “Frei da Província do Brasil. Encarcerado, torturado, banido, atormentado... até a morte, por ter proclamado o Evangelho, lutando pela libertação de seus irmãos. Tito descansa nesta terra estrangeira”. “Digo-vos que se os discípulos se calarem, as próprias pedras clamarão (Lucas 19,40)” (apud BETTO, 1986, p. 253).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não apenas no Brasil, mas em muitos outros países onde ocorreram regimes ditatoriais, é chegado o momento de se fazer uma reflexão crítica sobre as marcas e as sequelas que as ditaduras deixaram e de se pensar sobre o papel da justiça de transição. Relembrar a história da vida e da morte de Frei Tito nesse momento de crise política e institucional por que passa o país, onde alguns chegam a cogitar a volta da ditadura, inclusive fazendo apologias à tortura, é crucial para mostrar não apenas que a invisibilidade e o esquecimento são construções políticas que revelam como a memória coletiva pode ser usada a favor de uma memória e em detrimento de outras, mas também mostrar que o passado continua vivo nas lembranças das torturas e violências sofridas pelas vítimas da ditadura e que ainda causam dor nos familiares e descendentes dessas vítimas. O tempo não apagou a dor desses homens e mulheres que foram tão brutalmente violentados na sua dignidade humana. A devastação psicológica das torturas e a violência deixaram marcas e sequelas que se fazem sentir ainda hoje, não somente na vida dos descendentes diretos das vítimas torturadas, mas na vida de todos os brasileiros que continuam, no presente, tendo que conviver com a brutalidade e violência que assolam a sociedade civil. A invisibilidade e o apagamento das marcas das violações de direitos humanos nos colocam diante do dilema do conformismo com que a sociedade de modo geral tem lidado com essas e outras formas de violência praticadas pelo próprio Estado contra sua população.

Frei Tito foi torturado e a promessa de seus torturadores de que se ele não falasse, seria “quebrado por dentro”, pois, diziam eles, sabiam “fazer as coisas sem deixar marcas visíveis”, revela bem a “natureza da violência e da máquina criminosa produzida pela ditadura brasileira” (SAFATLE, 2014). Não deixar que as marcas visíveis da tortura apareçam publicamente, significa apagá-las da história, apagá-las da memória e apagar as histórias que tal violência destruiu. Nesse sentido, a ditadura brasileira foi, segundo Vladimir Safatle (2014) “até agora, bem-sucedida nessa sua empreitada e graças a tal sucesso ela conseguiu, de certa forma, nunca ter terminado”.

A história da vida e do suicídio de Frei Tito simboliza o desejo de um mundo sem opressão, vivido em uma experiência particular da violência e da repressão militar. Frei Tito teve de enfrentar momentos de profundas crises e conflitos com seus algozes, tendo que, no limite da consciência, suportar torturas físicas e psíquicas. Situações muitas vezes insuportáveis e angustiantes que causaram dores e que o levaram a

escolhas radicais como suas duas tentativas de suicídio na cadeia. Buscamos mostrar que a escrita da história da vida e da morte de Frei Tito de Alencar pode e deve assumir um caráter de “justa memória” ligada ao presente específico do historiador. A mensagem deixada por Frei Tito com seu gesto final de suicídio, seguindo a proposta teórica de Ricoeur, deve servir não apenas como um “elo de testemunho”, mas deve trazer esclarecimentos sobre o que aconteceu no nosso passado de modo a que possamos viver hoje de maneira mais “justa” o nosso presente.

Relembrar a história de Frei Tito é uma forma de fazer justiça ao passado a fim de render homenagem àqueles que vieram e lutaram antes de nós e que nos legaram, por meio de suas experiências, lições de vida. Como nos ensina Ricoeur, essas lições de vida enriquecem nosso ser no mundo e nosso horizonte de vida. O “dever de memória” para com aqueles que já não estão mais presentes, não é apenas um dever para com a memória das pessoas do passado, mas também para com as gerações futuras, uma vez que, graças à “justa memória” espera-se curar os traumatismos deixados pela história na memória coletiva, de modo a impedir que eles aconteçam novamente. O suicídio de Frei Tito foi o meio encontrado por ele para gritar ao mundo o inferno que foram as prisões brasileiras durante a ditadura militar. O valor exemplar da luta de Frei Tito e a força simbólica de sua morte deveriam ser suficientes para que a tortura como método de governo nunca mais ocorresse.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Socorro. *Frei Tito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

BONS, Jeanne Marie Gagnebin de. A memória, a história, o esquecimento. In: PAULA, Adna Candido de; SPERBER, Suzi Frankl (organizadoras). *Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana. Um diálogo possível*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964 – 1985*, 2 ed., Rio de Janeiro: Record, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neve (organizadores), *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUARTE-PLON, Leneide; MEIRELES, Clarisse. *Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014.

HABERT, Nadine. *A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*, 3 ed., São Paulo: Ática, 1996.

LOPES, Régis e KUNZ, Martine. *Frei Tito: em nome da memória*, 2 ed., Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2005.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A República dos golpes (de Jânio a Sarney)*. São Paulo: Best Seller, 1993.

PLASSAT, Xavier. Brésil: La Torture et la mort de Tito de Alencar Lima, *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine*, doc. 188, 16/10/1974, pp. 1-6. Disponível em: <http://www.alterinfos.org/archives/DIAL-188.pdf>.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ROLLAND, Jean-Claude. Brésil: Le “genie destructeur” de la torture, *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine*, doc. 192, 19/11/1974, pp. 1-4. Disponível em: <http://www.alterinfos.org/archives/DIAL-188.pdf>.

SAFATLE, Vladimir. Prefácio. In: DUARTE-PLON, Leneide; MEIRELES, Clarisse, *Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/2019/Prefácio%20de%20Um%20homem%20torturado%20nos%20passos%20de%20Frei%20Tito%20de%20Alencar%20de%20Vladimir%20Safatle.pdf>.

Documento Eletrônico

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. Brasília, 1968. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s.

(Recebido em novembro de 2017; aceito em dezembro de 2017)